



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA**

**Processo nº** 11020.002625/2005-15  
**Recurso nº** 136792  
**Assunto** Solicitação de Diligência  
**Resolução nº** 303-01.434  
**Data** 21 de maio de 2008.  
**Recorrente** FOTO STUDIO ITÁLIA LTDA  
**Recorrida** DRJ-PORTO ALEGRE/RS

**R E S O L U Ç Ã O N° 303-01.434**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência à Repartição de Origem, nos termos do voto do relator.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "ADP".  
ANELISE DAUDT PRIETO  
Presidente

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "LMG".  
LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Heroldes Bahr Neto, Nanci Gama, Nilton Luiz Bartoli, Vanessa Albuquerque Valente, Celso Lopes Pereira Neto e Tarásio Campelo Borges.

## RELATÓRIO

Trata o presente processo de auto de infração relativo à multa por atraso na entrega de Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF relativa ao último trimestre de 2000, apresentada, segundo consignado no auto de infração hostilizado, em 5 de dezembro de 2002.

Irresignada, impugnou a referida exigência alegando a nulidade do ato administrativo que a excluiu do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples.

Analizando tais ponderações, entendeu a autoridade *a quo* que não se configurara a nulidade reclamada, mas que de qualquer forma, a avaliação daquele procedimento de exclusão seria matéria estranha à lide.

Nessa ordem de consideração, o acórdão para o qual se pede reforma julgou procedente a ação fiscal, conforme é possível inferir a partir da leitura da sua ementa, *verbis*:

*DCTF - Multa por Atraso -*

*Exigível a multa por atraso na entrega de DCTF de empresa excluída do Simples nos períodos de autuação.*

Mais uma vez irresignada, manejou o presente recurso voluntário em que renova seus fundamentos de impugnação, desta vez trazendo à colação ementa de acórdão proferido nos autos da Apelação Cível nº 2004.71.07.03340-5, onde o Tribunal Regional Federal da 4ª Região teria reconhecido a invalidade da exclusão.

Diferentemente das autoridades de 1ª instância, entendeu este colegiado que o resultado do processo acima assumiria singular importância para a solução do presente litígio, decidiu-se, por meio da Resolução nº 303 - 01.381, de 17.12.2007, pela conversão do julgamento em diligência a fim de se apurar se a recorrente teria sido ou não re-incluída no Simples.

Com efeito, se a recorrente tivesse se sagrado vencedora, em caráter definitivo e, conseqüentemente, determinada judicialmente a sua re-inclusão retroativa no Simples, não haveria justo motivo para a aplicação da multa em litígio. Como se sabe, pessoa jurídica tributada segundo este regime simplificado está dispensada de apresentar a declaração cujo atraso na entrega ensejou a cobrança da multa litigiosa.

Em resposta a tal diligência, a r. autoridade jurisdicionante fez juntar aos autos dos documentos de fls. 36 a 40, afirmando, em resposta ao indagado, que a contribuinte não fora reincluída no simples no trimestre que foi objeto de multa por atraso na entrega da DCTF.

Afora os extratos relativos aos sistemas informatizados da Receita Federal do Brasil, repousa, à fl. 39, cópia da Decisão proferida pelo i. Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, acatando Recurso Especial manejado pela União contra o Acórdão do TRF 4ª citado pela recorrente no Recurso Voluntário apresentado perante Colegiado.

É o relatório.



## VOTO

Conselheiro LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO, Relator

Conforme se pode observar, até o presente momento, não existe certeza acerca da condição da inscrição da contribuinte no Simples e, sem tal certeza, seria temerário julgar a imposição de multa atrelada a tal circunstância.

Pedindo vênia à r. autoridade jurisdicionante, s.m.j., não vejo como considerar definitiva a situação cadastral da recorrente pelo simples fato dessa condição encontrar-se consignada nos arquivos da Receita Federal do Brasil, se está se discutindo em juízo o ato administrativo que motivou tal informação cadastral.

Assim sendo, voto no sentido de devolver o presente processo à Unidade da Receita Federal do Brasil de jurisdição (DRF Caxias do Sul), onde deverá permanecer até o julgamento definitivo do processo judicial em que se discute a inscrição da contribuinte no Simples.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 2008.



LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO - Relator